PARECER N.º /2021

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS
PROJETO DE LEI N.º 26/2021**

AUTOR: PREFEITO JOSÉ GOMES BRANQUINHO

RELATOR: VEREADOR PROFESSOR DIEGO

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 26/2021 é de iniciativa do Prefeito de Unaí e tem a finalidade de incluir metas físicas em ações do Anexo III da Lei n.º 3.129, de 14 de dezembro de 2017, que “dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Unaí para o quadriênio 2018-2021 (PPA – 2018/2021)”, bem como alterar programações de receitas constantes no Demonstrativo da Receita Estimada da Lei n.º 3.355, de 30 de dezembro de 2020, que “estabelece a programação anual de receitas e despesas do Município de Unaí para o exercício financeiro de 2021 e dá outras providências”.

Recebido e publicado no quadro de avisos em 6 de abril de 2021, o Projeto de Lei sob comento foi distribuído a esta Comissão que, após a dispensa da realização de audiência pública e do transcurso do prazo para proposição de emendas (fl.13), não havendo apresentação de emendas, fui designado como relator da matéria para exame e parecer nos termos regimentais.

É o relatório. Passa-se a fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A competência desta comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, para apreciar a matéria em questão, encontra-se inserida no art. 102, II, “a”, da Resolução n.º 195/1992, que assim dispõe:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

(...)

II - à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas:

a) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e crédito adicional, e contas públicas;

(...)

Conforme descrito na mensagem de encaminhamento da matéria, a intenção do Senhor Prefeito é incluir, no Anexo III do Plano Plurianual de 2018/2021, metas físicas e financeiras para ações específicas para o exercício de 2021. Tais ações foram criadas no exercício de 2020 e limitavam-se a este exercício. Porém, foram estendidas para o exercício de 2021 e incluídas na lei orçamentária anual deste exercício, fazendo-se, portanto, necessário realizar estes ajustes.

Inicialmente, vale dizer que projetos de lei que versem sobre o plano plurianual de ação governamental são de competência exclusiva do Sr. Prefeito (artigo 96, X, da Lei Orgânica Municipal), daí porque legítima se torna à propositura da matéria.

Esclarece-se que qualquer proposta de alteração ou inclusão de programas no PPA – 2018/2021, nos termos do parágrafo 3º do artigo 3º da Lei n.º 3.129, de 2017, conterà, no mínimo:

- I – diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida;
- II – demonstração da compatibilidade com a orientação estratégica de governo definida no Plano Plurianual; e
- III – identificação dos efeitos financeiros e demonstração da exequibilidade fiscal ao longo do período de vigência do Plano Plurianual.

Analisando-se a presente proposição, verifica-se que as alterações apresentadas não se encaixam ao mandamento do dispositivo supracitado, visto que as ações já existem no ordenamento jurídico municipal, a saber:

- A ação 1129 – Ampliação do sistema de esgotamento sanitário (SES) de Unai nos bairros Mamoeiro, Santa Clara, Terra – integra a versão original do Plano Plurianual 2017/2021;
- As ações 1131 – Enfrentamento da Emergência COVID-19(PAB) – e 1132 – Enfrentamento da Emergência COVID-19(MAC) – foram criadas pelo Lei 3.313, de 30 de abril de 2020; e
- A ação 1133 – Enfrentamento da Emergência COVID-19(SUAS) – foi criada pelo n.º 3.340, de 10 de setembro de 2020.

Além disso, estas ações já constam da Lei Orçamentária Anual de 2021, razão pela

qual entende-se que a presente proposição visa tão somente a correção de erros materiais.

Quanto ao artigo 2º, o Chefe do Poder Executivo pretende alterar valores constantes do Orçamento Anual, Lei n.º 3.355, de 30 de dezembro de 2020. Em sua justificativa esclarece que “foram realizadas apenas ajustes e correções em contas de Receitas Correntes, Receitas de Capital e Receitas Dedutoras que apresentavam saldos invertidos, permanecendo após estes ajustes, o valor original previsto para a Receita e Despesa relativo ao exercício citado”.

Assim sendo, trata-se, novamente, apenas de correção de erros materiais que dificultam a execução do orçamento para o exercício de 2021, mas não alteram o resultado da proposta orçamentária aprovada por este Poder Legislativo.

Portanto, não há óbices para a aprovação do Projeto de Lei n.º 26/2021.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei n.º 26/2021.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 29 de abril de 2021.

VEREADOR PROFESSOR DIEGO
Relator Designado